

O economista apontou ainda, para uma plateia de 500 participantes, os impactos dos riscos externos na recuperação da economia



Os economistas Claudio Contador, da Escola Nacional de Seguros, e Andrea Keenan, da A.M. Best e Alexandre Schwartzman

As notícias dadas pelos economistas em 2017 são melhores do que aquelas que se dariam um ou dois anos antes. A começar do comportamento dos juros básicos e da inflação, cujo ciclo de baixa - a Selic pode fechar em 8,5% no melhor dos cenários e o IPCA abaixo do centro da meta - favorece uma gradual retomada de consumo, ajudando o País a fechar o ano com seu PIB na trajetória positiva. Embora não seja uma taxa de crescimento expressiva- na mediana será de meio ponto percentual no ano- na margem por trimestre poderá alcançar algo entre 2,5% e 3% a cada período de três meses. Mas diversas outras variáveis- além de juros e inflação- deverão se comportar positivamente para restaurar a saúde da economia brasileira, incluindo-se a aprovação das reformas estruturantes, como a da Previdência Social e a Trabalhista.

Fugir de toda tentação populista, como aquelas que serão reapresentadas em 2018, será fundamental para estabilizar a dívida pública até 2030, e sonhar em recuperar o selo de grau de investimento das agências de risco até lá.

Grosso modo, foi esta a mensagem apresentada pelo economista Alexandre Schwartzman, em palestra apresentada nesta quarta-feira, 5, no 6º Encontro de Resseguro, realizado na cidade do Rio de Janeiro. Ele foi autor da palestra "Perspectivas para a Economia no Brasil", que teve participação dos economistas Claudio Contador, da Escola Nacional de Seguros, e Andrea Keenan, da A.M. Best.

O economista apontou a política fiscal frouxa do governo petista como a principal responsável por uma das piores recessões do País nas últimas décadas, responsável direta da trajetória inquietante

da dívida pública. "Se o problema é fiscal, a única coisa a fazer é adotar medidas para combatê-lo", disse o especialista, lembrando que o avanço da dívida afetou o ambiente de negócios, com aumento de juros, piora da nota de risco e desvalorização da moeda brasileira.

Ele alertou ainda sobre os riscos externos e os impactos para a recuperação do crescimento duradouro da economia brasileira. Destacou que o Brasil, dependendo do ritmo de afrouxamento da política fiscal americana e aumento dos investimentos em infraestrutura, poderá conviver com um dólar comercial mais alto.

Também a Europa e os sinais nacionalistas de diversos países, como França e Alemanha, com eleições programadas para este ano, deverão ser acompanhados, sobretudo pelos impactos ao comércio global.

Mas o cenário doméstico é prioritário. Sem a reforma da Previdência, o País não conseguirá crescimento sustentável, porque destinará cada vez mais recursos ao pagamento de aposentadorias, reduzindo drasticamente sua capacidade de promover investimentos em áreas estratégicas, como infraestrutura e educação. E se a aprovação demorar logo logo os benefícios da lei que fixa teto dos gastos públicos estarão anulados, provocando nova deteriorização dos fundamentos econômicos.

Fonte: CNseg, em 06.04.2017.